



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O AGRONEGÓCIO: EVIDÊNCIAS DO ANTAGONISMO SOCIAL⁵⁶¹

Fátima Moraes Garcia*
(UESB)

RESUMO

O objetivo deste ensaio centra-se na importância de conhecer e contextualizar momentos políticos específicos vividos no Brasil no pré e pós década de 60, compreendendo este período histórico como relevante para entender como os povos que vivem no/do campo vêm sendo excluídos das possibilidades de desenvolvimento da educação nesse espaço social, quando, ao mesmo tempo, presencia-se a ascensão de um modelo econômico baseado nas concepções hoje representadas pelo agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo; Agronegócio; Política econômica.

INTRODUÇÃO

Há uma decorrente mescla de fatos e determinações indiscutivelmente perversos para a classe trabalhadora que vive no campo e na cidade. Uma realidade que podemos chamar de *economia continuísta*, visto que o processo de mudanças estruturais ocorridas desde o Brasil colônia ao atual, o democrático, concretamente

⁵⁶¹Este ensaio é a síntese de um dos Capítulos da Tese de doutorado intitulada: A contradição entre teoria e prática na escola do MST.

*Professora Assistente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Membro pesquisador da Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte & Lazer da FAGED/UFBA; Membro pesquisador do Grupo Museu Pedagógico/UESB; Doutora em Educação, Cultura e Tecnologia pela UFPR.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

partiu de aspectos ligados a exigências da economia mundial. Como esses aspectos atingem a vida no campo? Que relação se estabelece entre a educação do campo e o agronegócio?

Encontramos em estudos sobre Reforma Agrária e desenvolvimento social e econômico diversas análises esclarecedoras sobre o processo histórico e político vivido pelo Brasil, desde seus primeiros momentos como colônia portuguesa até a atualidade. Entre esses estudos aqui nos apoiamos na coleção de livros “A Questão Agrária no Brasil”⁵⁶².

Como referência histórica, neste ensaio, priorizamos o contexto vivido pela classe trabalhadora do campo no Brasil, no período pré e pós década de 60, com base em dados estatísticos. Este recorte levou em consideração fatos como exemplo: a crise econômica desencadeada pelos EUA no início do século XX; a ampliação do modo capitalista industrial; a aceleração das economias pós-guerra; a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), chamado também de Banco Mundial; a problemática da educação rural a partir da década de 30; o golpe militar que desencadeou 20 anos de ditadura militar; o desenvolvimento dos monopólios de terra e indústria; a influência do sistema educacional norte-americano sobre o brasileiro; a promulgação da primeira lei de Reforma Agrária para o Brasil, o Estatuto da Terra, em 1964, entre outros. Trata-se de uma série de acontecimentos decorrentes da concepção de desenvolvimento econômico subordinado às políticas econômicas dos países centrais, os chamados países imperialistas.

Interessa aqui apresentar alguns desses fatos históricos para compreender suas implicações na realidade hoje vivida pela população que está no campo, e como

562A opção feita por essa literatura tem como objetivo reafirmar a relevância de conhecer a história do Brasil pela via do seu desenvolvimento econômico ligado ao campo, e através dessa relação entender o surgimento das lutas pela distribuição de terras e as propostas de Reforma Agrária dos Movimentos Sociais.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

foram sendo amputadas as possibilidades de desenvolvimento da educação para as pessoas que vivem no/do campo.

AS EVIDÊNCIAS DA POLÍTICA ECONÔMICA PARA O PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO

O Estatuto da Terra (década de 60) certamente representou um marco institucional e político para o Brasil, mas sua implementação não representou benefícios concretos para a população do campo.

Esta Lei foi promulgada em resposta a um conjunto de fatos e acontecimentos que suscitaram propostas e debates conservadores e progressistas anteriores à segunda metade da década de 60, que apontavam a necessidade da Reforma Agrária. Antes do Estatuto da Terra ocorreram as seguintes propostas: Em 1946 – Proposta de Reforma Agrária da Bancada do PCB na constituinte de desse mesmo ano; Em 1950 – Primeira Proposta de Reforma Agrária da Igreja Católica no Brasil; em 1954 – Projeto de Reforma Agrária apresentado pelo Deputado Coutinho Cavalcante do PTB/SP; Em 1961/62 – Proposta de Reforma Agrária da Igreja Conservadora; em 1961 – Primeira proposta de Reforma Agrária unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil; Em 1963 – Projeto de Lei de Reforma Agrária apresentado pelo Deputado Leonel Brizola; Em 1964 – Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart. Segundo o próprio discurso do Presidente, essa Lei “ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”.⁵⁶³

⁵⁶³Discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março na Central do Brasil, em 1964. Extraído do Livro: Como se coloca a direita no poder. Volume II – Os acontecimentos, de Paulo Schilling. Global Editora, São Paulo, 1981, pp. 25-35.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O Estatuto da Terra não significou um avanço prático para as lutas do campesinato brasileiro⁵⁶⁴. O ocorrido nos 20 anos de ditadura militar foi um silenciamento das organizações dos trabalhadores do campo e da cidade e também dos partidos de esquerda. Somente após a retomada do processo de redemocratização do país foi possível retomar o debate em torno da questão da Reforma Agrária (STEDILE, 2005).

O que segue pós década de 60, no Brasil, que em particular afeta a população do campo, está estreitamente ligado com as políticas internacionais que passaram a priorizar a modernização da indústria, o que nos leva a dar atenção à história dos desenlaces econômicos pós-ditadura e pós-ampliação dos monopólios de terra no Brasil. O povo que estava no campo não foi absorvido por essas medidas, ocasionando o significativo êxodo rural nas décadas seguintes.

Conseqüentemente países considerados subdesenvolvidos e com base agrária foram “intimidados” pelos países imperialistas a desenvolverem suas economias também com o objetivo da agroindústria. O Brasil, que já apresentava um quadro revelador de desigualdade social em referência a outros países de economia similar, com a introdução dessas políticas aumentou significativamente esse índice.

Um exemplo desse continuísmo⁵⁶⁵ presente nas décadas subseqüentes à década de trinta revelou-se com força na pós-crise, pós-depressão norte-americana de 29. Esta crise contribuiu para empurrar países subdesenvolvidos e em desenvolvimento econômico à busca por respostas mais rápidas e ininterruptas na produção industrial de alta escala. Em decorrência, esses países não só permitiram a

564O surgimento do campesinato na sociedade brasileira teve origem entre 1888/1930 em decorrência segundo Stedile (2005) de duas vertentes: da migração de camponeses pobres da Europa e do camponês sertanejo.

565Temos como exemplo os estudos de Ignácio Rangel de 1954. Segundo os pesquisadores Gonçalves, Martin, Resende e Vegro (2005) a contribuição teórica de Rangel é inequívoca e fundamental para entender as transformações da agricultura como um todo e da agropecuária em particular no período posterior a 1980.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

entrada em seus territórios de empresas e capitais estrangeiros, como também partiram para a compra de ciência, tecnologia e realização de empréstimos em países mais ricos. Por fim, o resultado foi o elevado aumento das dívidas externas. Para se ter uma breve idéia do que significou essa política na economia brasileira, a dívida externa que era de U\$ 3,8 bilhões no governo de Kubitschek em 1951, aumentou para U\$ 65,3 bilhões em 1981⁵⁶⁶ após o período da ditadura militar. Esse saldo devedor nos cofres do governo, no Brasil, até os dias atuais, contribuiu para a redução do financiamento em educação, em ciência, em saúde, em alimentação, em moradia, em cultura, em dignidade humana da sua população.

O campo brasileiro apresenta o retrato de um antagonismo social sem precedentes, não só proveniente da colonização portuguesa e suas conseqüências, mas comprovadamente como fruto originário dos planos econômicos desenvolvidos ao longo dos governos aliados ao chamado imperialismo norte-americano. O contexto atual do campo brasileiro apresenta milhares de famílias empobrecendo dia-após-dia, enquanto as empresas do agronegócio⁵⁶⁷ sugam os seus recursos naturais, poluem os rios e o ar, levam as riquezas aqui produzidas para fora do país e contribuem também para a exploração e precarização do trabalhador do campo, ampliando sua migração para as cidades.

A exclusão social hoje presente no campo brasileiro vem se originando desde os idos de 1500, mas certamente, o movimento do capitalismo e sua capacidade autodestrutiva têm provocado efeitos irreversíveis sobre a natureza e a população que está no campo.

566Estes dados também se encontram na recente publicação de Santos (2008) intitulada: “Geografias: terra e cultura na América Latina”.

567Segundo o Anuário Exame – agronegócio de Junho/2007, são identificadas 60 empresas que atuam na agroindústria brasileira, entre elas estão: Aurora, Aracruz, Bunge, Monsanto, Nestlé, Sadia e Perdigão.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Fato histórico a ser reconhecido dentro dessa conjuntura no Brasil, que segundo interpretação de economistas e cientistas políticos alterou de forma decisiva a dinâmica da sua economia, foi o momento de *internalização da estrutura fabril da Segunda Revolução Industrial* irradiada para o mundo a partir dos Estados Unidos da América⁵⁶⁸. No Brasil essa internalização veio através do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, implementado no período de 1957/61.

Uma análise que permeia o debate sobre a *internalização* do modo industrial pelo Brasil, elaborada por Oliveira (2003), apresenta, através do resgate histórico do movimento da economia internacional e nacional, o sentido de uma política econômica que tinha como principal e restrito objetivo o fortalecimento da hegemonia capitalista sobre o mundo.

Um pouco de história econômica ajudará a reconhecer que a estrutura central, a espinha dorsal dos atos de política econômica que levaram à industrialização, foi pensada para ter como resultado exatamente a industrialização que se logrou; pouco importa, portanto, reconhecer que o Plano de Metas do Governo Kubitschek estava muito longe de qualquer tipo de planejamento acabado: o importante é reconhecer que os meios e os fins objetivados não apenas eram coerentes entre si, como foram logrados. Prioridade para as indústrias automobilísticas, de construção naval, para a siderurgia, a reforma da legislação tarifária, a concessão de câmbio de custo para importações de equipamentos, não podem ser entendidas como acaso, nem como medidas típicas para equilibrar o balanço de pagamentos, que tiveram por resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário elas foram concebidas exatamente pra isso (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

Houve certamente um movimento de expansão do capitalismo no Brasil a partir dos meados do século XX. A tese levantada por Oliveira diz respeito a essa

⁵⁶⁸Para um maior entendimento sobre o processo de internalização da estrutura fabril norte-americana no Brasil, pode ser consultado o estudo de Lessa (1975): Quinze anos de política econômica.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

expansão. Ele entende que esses fatos históricos esposam medidas que foram concebidas internamente pela classe dirigente como medidas destinadas a ampliar e expandir sua hegemonia na economia brasileira. O que seguiu dessas medidas foi o processo de reprodução do capital que viabilizava aqueles desideratos, exigindo uma aceleração que concretamente tomava as formas do elenco de indústrias prioritárias (OLIVEIRA, 2003).

É evidente que os antagonismos entre classe social, seja na relação campo-cidade ou campo-movimento social, os problemas encontrados de ordem geral, que determinam os setores da economia e da política estão de igual forma presentes. Por mais distantes que as comunidades do campo estejam dos centros urbanos identifica-se similares problemas: a ampliação da divisão social do trabalho, o aumento do exército de reserva de desempregados, distribuição desigual de verbas públicas, políticas de financiamento com pouca relevância para a educação, escolas extremamente precarizadas, entre outros. Estes são fatos inegáveis. Constata-se pelos estudos da coleção “A Questão Agrária no Brasil” que o campo brasileiro não é apenas o reflexo ou a vítima das conseqüências neoliberais das décadas 60/70, quando o país viveu o “Milagre Brasileiro”. O campo brasileiro ainda é a reprodução de uma organização baseada num *feudalismo modernizado*, com face nova, mas essencialmente de caráter privado, o exemplo concreto do que hoje se conhece por agronegócio. Desde a década de 70, essa “nova face” vem participando de um modelo de modernização e de desenvolvimento da agricultura com fins exclusivos de exportação, absorvendo imensos montantes de financiamento, inclusive público⁵⁶⁹. Estudos do CLACSO⁵⁷⁰ e CETRI⁵⁷¹ (2003) confirmam esta dinâmica da exclusão.

569Em 2007, foram destinados pelo governo Lula ao agronegócio o montante de R\$ 58 milhões, enquanto para a agricultura familiar foram R\$ 12 milhões.

570Conselho Latino Americano de Ciências Sociais/CLACSO.

571Centre Tricontinental/CETRI.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Certamente as antigas oligarquias agrárias não vão de vento em popa e suas estratégias são do tipo defensivo, como no Brasil, na Colômbia ou na Guatemala. Mas uma parte da burguesia comercial e financeira, enriquecida pelo neoliberalismo, investe parcialmente na agricultura, como parte das cadeias produtivas que configuram o sistema capitalista, principalmente exportador. Disso resulta uma eliminação, às vezes brutal, dos pequenos camponeses, incapazes de resistir à exclusão do sistema de crédito e à queda dos preços graças à abertura dos mercados. Onde as cooperativas foram organizadas sistematicamente, como na Nicarágua, elas foram morreram lentamente (CLACSO E CETRI, 2003, ps. 158, 159).

A década do chamado “Milagre Brasileiro” foi palco de grandes mudanças estruturais, em resposta às crises cíclicas do capitalismo, que atingiam os países da América Latina e do resto do mundo. Mas o *Milagre* não chegou para ajudar o povo do campo; foi tomado como desenvolvimento apenas pelas elites do setor agropecuário.

O campo brasileiro - rico em recursos naturais e distribuído em grandes propriedades - dependia de uma legislação que lhe desse amparo para ingressar nas políticas de modernização e vir a se transformar no palco da agroindústria. Para tanto, este setor recebeu quatro grandes mudanças estruturais previstas pelo governo da época do *Milagre*: a) A internalização da agroindústria de bens de capital e insumos como decorrência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), objetivando promover as transformações previstas e não implementadas no Plano de Metas de 1957-61⁵⁷²; b) A modernização da agropecuária com base no crédito rural subsidiado que lastreou o avanço da demanda de insumos e máquinas para empreendimentos rurais; c) A consolidação das agroindústrias processadoras pela produção de bens intermediários, pela transformação de matérias-primas agropecuárias e das agroindústrias de alimentos para a oferta de bens finais da

⁵⁷²Plano de Metas implementado por Juscelino Kubitschek, considerado como o primeiro movimento pesado de industrialização vivido no Brasil.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

agricultura; d) A profunda transformação do varejo com o surgimento e expansão dos supermercados e hipermercados, alterando de forma decisiva a estrutura de mercado e a formação de preços.

Reconhecendo estas mudanças estruturais e procurando entendê-las pela lógica da tese de Oliveira (2003), exposta anteriormente, os pontos chave colocados em sua análise apontam para um sistema que evidentemente se move, em forma de recriação, visto que não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, e que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento. Para Oliveira (2003) o pós-64, sob muitos aspectos, aparenta ser bastante diferenciado de etapas anteriores, mas talvez sua diferença fundamental seja a combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas, o que sugere que esse período tenha mais a ver com uma contra-revolução do que com a internalização do modo industrial moderno:

Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão (OLIVEIRA, 2003, p. 106).

O processo de desenvolvimento da economia ocorreu de forma desigual, reproduzindo modelos de relações sociais movidos pela concentração de renda de poucos e pelo empobrecimento de muitos. Talvez esta seja a pior das conseqüências de um Sistema que não conseguiu romper com o que possui de mais arcaico: a vinculação e subordinação às políticas monopolistas estrangeiras e nacionais, que representam o *continuismo econômico* baseado na exploração dos recursos naturais e da classe que vive-do-trabalho. Uma das respostas produzidas por este Sistema foi o expurgo da população do campo quase que concomitante à introdução do capitalismo



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

imperialista no Brasil. A confirmação deste expurgo é revelada pelos seguintes dados estatísticos:

	População geral	População rural
Década de 40*	41.574.894	28.432.831
Ano de 2000**	169.799.170	31.845.211

Fontes: *A Questão Agrária no Brasil (2005) e **IBGE, censo 2000.

Uma importante manifestação em prol da população do campo foi feita pelo Senador Luiz Carlos Prestes⁵⁷³ ao apresentar a Proposta de Reforma Agrária da Bancada do PCB na Constituinte de 1946, trazendo em sua argumentação significativos dados sobre a realidade do Brasil nesse período. Nesta proposta afirmava que uma das causas do atraso do país era o monopólio, a propriedade privada da terra e a sua concentração.

Com base em dados da década de 40 sobre a população brasileira, Prestes afirmava que a população rural em relação a 100% absorvia 68,39%. Por consequência o índice de população urbana era de 31,61%. Seguindo esta lógica de análise vemos os resultados no ano de 2000: de 100% da população, em torno de 18,75% correspondia a população rural, enquanto que 81,25% correspondia a população urbana.

Outro fator decorrente desta análise é que por si só justifica a inversão desses índices, diz respeito ao aumento da população geral, que quadruplicou em seis décadas, enquanto a rural apresenta índices quase que estáticos desde a década de 40. Ou seja, passado mais de meio século, a diferença em números da população rural é de 3.412.380 milhões a mais em referência aos anos 40. Observando a relação entre

⁵⁷³Prestes nesse período era senador e capitão do exército brasileiro, e apresentou ao senado em 1946 o primeiro plano de Reforma Agrária, em defesa da população do campo.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

população rural e propriedades rurais, encontramos alguns resultados que confirmam o movimento de acumulação de terras no modo privado. Vejamos essa relação: na década de 40 o número de propriedades rurais era de 1.903.868 milhões; no ano de 2006 encontramos o número de 5.240.130 milhões. A diferença de propriedades a mais chega a 3.336.262 milhões, neste pequeno intervalo de meio século, em que a população do campo caiu de 68,39% para 18,75%.

A migração nesse caso é um fenômeno natural? A conclusão mais óbvia é que a população foi expulsa do campo para os centros urbanos, ainda que o número de propriedades de terras tenha aumentado significativamente em relação à população que permaneceu no campo. Este fato, confirmado estatisticamente, deixa em evidência que a alegação de Prestes de 1946 ainda vale para a atualidade. O problema da miséria e da exclusão social do povo brasileiro inicia e termina com o problema dos monopólios da terra e da propriedade privada. A permanência desta condição tem sido reafirmada ao longo da história do capitalismo pela implementação de suas políticas *sociometabólicas*, como tem afirmado Mészáros (2007).

O forte argumento de interpretar o contexto político e econômico vivido pelo Brasil a partir da metade do século XX está na necessidade de compreender a ocorrência da transposição dos índices populacionais do campo para cidade e sua relação com a internalização da agroindústria. Quando em 1960 tinha-se o índice de população urbana de 45,1%, a rural estava em torno de 54,9 % ; em uma década, estes índices se inverteram, ou seja, em 1970 a população urbana havia aumentado para 55,9% enquanto a rural diminuía para 44,1%⁵⁷⁴. Esse foi o efeito da reprodução e ampliação do capitalismo industrial no Brasil: o esvaziamento do campo e a formação dos grandes centros urbanos.

574Cf. dados da Pnad do IBGE apud DIEESE.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Nas décadas seguintes continuou em ritmo acelerado o processo de decréscimo da população do campo. Dados do Censo Demográfico do IBGE deflagraram os seguintes índices: 32,4% em 1980; 24,4% em 1991; 18,8% em 2000. A estimativa desse Censo para o ano de 2006 em relação a população do campo era de 16,7%, a qual veio a se confirmar.

EDUCAÇÃO OU EXCLUSÃO?

Tratar da relação agronegócio e educação do campo requer o reconhecimento desses fatores históricos, de dados e abordagens que revelam as conseqüências do projeto capitalista de sociedade, que tomou corpo no século XIX⁵⁷⁵ com a ampliação da divisão do trabalho e o acirramento da luta de classe, para então constatar com maior aprofundamento que a concepção de economia do agronegócio conduz ao enfraquecimento da educação no campo brasileiro.

Para a população do campo, uma das conseqüências de peso negativo no processo de mudança econômica para o modo industrial, introduzido no Brasil, tenha sido a inexistência de projetos vinculados às áreas técnicas e de educação que abarcassem as classes sociais que viviam no campo e iniciativas que fossem norteadas pelas reais necessidades da sua população. No entanto, projetos e programas vinculados à educação rural tiveram outra origem, procederam de patrocínios de instituições norte-americanas, entre eles: a Política da Boa Vizinhança (do Governo de Roosevelt, em 1932) e a Aliança para o Progresso (meados da década de 50), além da ajuda vinda do capital monopolista de fundações como: a Ford, Rockefeller, Kellogg, e outras (DAMASCENO E BESERRA, 2004).

⁵⁷⁵De acordo com Marx (1984) o prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Estudos recentes como os de Gentili (1998), Antunes (1998) e Frigotto (2000), explicitam porque, com quais intenções, a implementação das políticas neoliberais (Consenso de Washington) na América Latina tem como foco a Educação. Identifica-se nesses estudos a existência de um modelo de desenvolvimento econômico extremamente contraditório que vem se fortalecendo ao longo das últimas décadas, com base nas políticas neoliberais e na globalização dos mercados, provocando cada vez mais o estrangulamento das possibilidades de vida digna das camadas populares, ou seja, da classe que vende sua força de trabalho. A educação excludente⁵⁷⁶ aparece como base, como sustentação, desse processo.

Na primeira metade do século XX, os problemas sociais foram extremamente negligenciados pelos governos. Ainda que, partidos progressistas desse período buscassem estimular debates, construir propostas e travar lutas e os movimentos populares se organizassem em prol de seus interesses. A luta pela Reforma Agrária estava presente nesse contexto, e, apesar de um silenciamento durante os 20 anos de Ditadura Militar, ressurgiu na década de 70, tendo uma importante consequência a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, na década de 80, e como um movimento crítico da Educação surge a área Trabalho e Educação por dentro de algumas universidades públicas.

Tanto o MST quanto a área Trabalho e Educação⁵⁷⁷ tiveram a preocupação em pensar uma proposta de Educação voltada ao fortalecimento da formação humana da/para classe trabalhadora no sentido de sua emancipação, através do pensamento socialista. Em síntese, suas orientações estão de acordo com uma visão política centrada no compromisso de romper e superar as formas de exploração e

⁵⁷⁶Uso o termo educação excludente apoiada no texto de Kuenzer (2004).

⁵⁷⁷Justifica-se essa aproximação na história de constituição da área Trabalho e Educação, estudo que pode ser tomado para esta comprovação é o de TREIN & CIAVATTA, 2003.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

depreciação do ser humano, geradas pela [re]produção do capital e suas formas de sociabilidade.

As reflexões apresentadas anteriormente sobre a economia brasileira revelam e apresentam a força motriz das relações capitalistas como determinantes da vida humana. Mas revelam também, que, no âmbito dessas relações, são produzidas contradições, as quais podem provocar o surgimento de novas formas de produção objetiva e subjetiva de vida. Esta circunstância, certamente, é a principal alavanca das lutas dos movimentos sociais e de suas reivindicações.

As tensões produzidas pela força motriz do capital têm originado, no decorrer do processo histórico brasileiro, um conjunto de circunstâncias identificadas como propulsoras de um modelo agrário que desconsidera o povo que vive no campo. E os defensores do agronegócio afirmam tratar-se de um projeto que leva o desenvolvimento para o campo, quando na realidade o que se constata é o seu inverso. O que se observa de fato no campo é o desenvolvimento da pobreza, a diminuição e eliminação das pequenas propriedades, o aumento do desemprego e a produção de uma educação altamente alienada, desprovida de projetos que tenham como foco a minimização do êxodo rural.

Deve-se, entre outros elementos, reconhecer que a falta de recursos para as escolas do campo não está associada unicamente ao enxugamento da máquina pública e à falta de verbas para atender os seus setores. Esta justificativa tem um caráter estratégico no sentido de impulsionar a população do campo ao seu abandono. Nenhum povo permanece num território em que não é possível avistar o horizonte, o futuro. O que os emergentes empresários do agronegócio afirmam estar acontecendo como desenvolvimento do campo - que ao nosso ponto de vista se trata de um “pseudo” desenvolvimento - está condicionada estritamente a dimensão do presente. Vincula-se esse desenvolvimento ao que o agronegócio consegue hoje sugar



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

da terra; o futuro de uma maioria dessas empresas pode não estar mais onde elas atualmente estão instaladas. O agronegócio se move de região para região, sendo a mobilidade uma das estratégias mais evidente desse setor. O povo do campo não tem essa mobilidade; o seu futuro é onde ele está agora, o seu tempo de produzir encontra-se restrito ao lugar onde vivem.

Mészáros (2007) nos contempla com mais uma contribuição ao reproduzir o seguinte pensamento de Gramsci: *o tempo é a coisa mais importante; é um simples pseudônimo da vida*. Ainda que estas palavras façam eco no campo, não há como esperar que os defensores e mantenedores da ordem vigente venham a assimilar o seu profundo significado, visto que:

Para eles, o tempo só pode ter uma dimensão: a do *eterno presente*. O passado para eles não é nada mais do que a projeção e a cega justificação do presente estabelecido; e o futuro é apenas a extensão autocontraditória atemporal da “ordem natural” do aqui e agora – por mais destrutiva, e, por conseguinte, também autodestrutiva que seja – encapsulada no ditado reacionário e negligente, constantemente repetido, segundo o qual não há alternativa. Perversamente, supõe-se que isso deva resumir o futuro (MÉSZÁROS, 2007, p. 23).

Uma vez comparados os sentidos econômicos destes dois períodos (do passado e do presente), encontramos similares características, como estas que Prado Junior (2004) se refere ao tratar da formação do Brasil desde seu descobrimento:

Aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o couro... A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim especial (PRADO JUNIOR, 2004, p. 119).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A estrutura agrária do Brasil-Colônia aprofundou raízes no campo brasileiro.

A estrutura econômica imposta para este continente desde seu descobrimento estava diretamente vinculada ao capitalismo mercantil, dominado na época pela Europa. Por este motivo “a pilhagem das riquezas da região contribuiu para a acumulação primitiva que está na origem do desenvolvimento industrial europeu” (CLACSO E CETRI, 2003, p.154). O processo de inserção capitalista no continente latino-americano ocasionou inúmeras lutas sociais provocando na maioria dos países o fim das colônias, mas sem, contudo impedir a subjugação aos países que estavam na ponta do desenvolvimento capitalista.

CONCLUSÕES

A maioria dos governos, após a implantação do capitalismo industrial e do neoliberalismo na América Latina, articularam-se em torno da tarefa de se desvincularem da responsabilidade de financiar a educação de suas populações, transpondo em grande parte este compromisso para a iniciativa privada, tendo o forte objetivo da educação mercadológica. Basicamente este objetivo repousou em duas estratégias: a formação voltada para atender as exigências do mercado e o desenvolvimento de empresas educacionais.

Esta lógica combina o direcionamento da formação do trabalhador para uma única alternativa, a do mercado, e a comercialização da qualificação escolar e profissional, visam obviamente o acúmulo de capital. Isto contribuiu, como estratégia capitalista, para a migração dos povos do campo para as cidades. Esses povos, diante da impossibilidade de autosubsistência no campo, após a inserção das “novas” políticas da agroindústria, passaram a vislumbrar uma única possibilidade: ir ao



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

encontro das cidades em busca de empregos e de educação para seus filhos. Esta circunstância política e econômica tem concretamente contribuído para o enfraquecimento das lutas pela garantia de educação nos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CLACSO & CETRI. A América Latina. In: Mundialização das resistências: o estado das lutas. Amim, S. & Houtart, F. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2003.
- DAMASCENO, Maria Nobre & BESSERA, Bernadete. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 73-89, jan/abr. 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano & STEDILE, João Pedro. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GENTILLI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. In: Capitalismo, trabalho e educação. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviane e José Luis Sanfelice (Orgs.). 2ªed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- MEZSÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, Marlene. Exclusão: Problematização do conceito. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 35-49, jan/jun. 1999.
- SANTOS, Maria Sirley. Geografias: terra e cultura na América Latina. São Paulo: Loyola, 2008.
- STEDILE, João Pedro (Org). A questão Agrária no Brasil: O debate da esquerda 1960 - 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, João Pedro (Org). A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

STEDILE, João Pedro.(Org). A questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.